CONDIÇÕES GERAIS DE UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE DÉBITO BPI ELECTRON EMPRESA

1ª- CONCEITOS GERAIS

1. O presente documento contém as Condições Gerais e Particulares do Contrato de Utilização dos Cartões de Débito BPI Electron Empresa, a celebrar entre o Banco BPI, S.A., sociedade aberta com o capital social de € 1.293.063.324.98, matriculada na CRCP sob o número único de matrícula e pessoa colectiva n.º 501 214 534, entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal registada com o n.º 10 (adiante designado por Banco) e a Empresa/Empresário em Nome Individual (adiante designado por Cliente) e a(s) pessoa(s) singular(es) (adiante designada por Titular) em nome do qual o Cartão é emitido, ambos identificados na Proposta de Adesão a Cartões de Débito BPI Electron Empresa.

2. O Contrato de Utilização dos Cartões de Débito BPI Electron Empresa, considera-se validamente celebrado entre o Cliente, o Titular e o Banco após a recepção pelo Banco das presentes Condições Gerais e Condições Particulares, bem como da Proposta de Adesão devidamente preenchidas e assinadas pelo Cliente, pelo(s) Titular(es), e posterior emissão e envio do respectivo Cartão de Débito ao Cliente.

3. Os Cartões de Débito BPI Electron Empresa, a que se referem as presentes Condições Gerais de Utilização, adiante designados genericamente por Cartão, são propriedade do Banco.

4. Por Cartão de Débito entende-se o cartão de pagamento associado a uma Conta de Depósito de Valores BPI e que permite por débito da referida Conta, entre outras operações, efectuar pagamentos, levantamentos e transferências de dinheiro, de acordo com as presentes Condições Gerais de Utilização, que deverão ser subscritas para a utilização deste serviço de pagamento.

5. Nas presentes Condições Gerais, incluindo nos seus considerandos e salvo se do contexto resultar sentido diferente, os termos iniciados por letra maiúscula (estejam no singular ou no plural) a seguir indicados, terão o seguinte significado:

Banco - o Banco BPI, S.A.

Cartão de Débito - o cartão de pagamento associado a uma Conta de Depósito de Valores BPI e que permite por débito da referida Conta, entre outras operações, efectuar pagamentos, levantamentos e transferências de dinheiro, de acordo com as presentes Condições Gerais de Utilização e respectivas Condições Particulares.

Conta de Depósito de Valores BPI - a conta aberta pelo Cliente no Banco em cujo saldo à ordem o Cliente autoriza que sejam efectuados os débitos resultantes da utilização do Cartão, bem como o débito dos juros, despesas e comissões que se mostrem devidos em execução do presente contrato.

Cliente - a entidade que contrata com o Banco a emissão de um ou mais Cartões, em nome do(s) Titular(es) por ela identificado(s).

Contrato - o presente Contrato de Utilização dos Cartões de Débito BPI Electron Empresa, constituído pelas Condições Gerais e Condições Particulares dele constantes.

Titular - a pessoa singular em nome do qual cada Cartão é emitido.

2ª- TITULARIDADE

1. Pelo presente Contrato, o Cliente contrata com o Banco a emissão de um ou mais Cartões, em nome do(s) Titular(es) por ela identificado(s), responsabilizando-se pelos débitos e encargos decorrentes da sua utilização.

2. Sem prejuízo das obrigações próprias que decorrem para os Titulares, o Cliente obriga-se a informar os Titulares de todas as obrigações decorrentes para os mesmos deste Contrato, bem como das alterações que ao mesmo se verificarem.

3. Para efeito do presente Contrato, a morada válida dos Titulares é a morada do Cliente.

4. O Contrato caducará, relativamente aos Titulares, sempre e logo que se extinga, em relação ao Cliente, seja por que causa for.

3ª- REQUISITOS PRÉVIOS DE UTILIZAÇÃO

1. O Cartão é enviado ao Cliente em data diversa à da entrega do número de código pessoal (PIN), necessário para o acesso aos Caixas Automáticos (ATM) e para alguns Terminais de Pagamento Automático (TPA).

2. O número de código pessoal (PIN), fornecido pelo Banco exclusivamente ao Titular do Cartão respectivo, bem como os demais códigos, elementos identificativos e números de cartão virtual obtidos em serviços associados ao Cartão, são de seu conhecimento privativo, constituem a sua identificação para efeitos de utilização em sistemas electrónicos, designadamente aqueles referidos na cláusula 5ª, e não devem ser registados no Cartão ou em algo que o Titular transporte consigo ficando este ainda obrigado a adoptar todas as medidas adequadas a garantir a segurança do Cartão, bem como a confidencialidade dos códigos, números e demais elementos de identificação do Cartão, de modo a não permitir a sua utilização por terceiros.

3. O Cartão deve ser assinado pelo respectivo Titular imediatamente após a sua recepção.

4. Com excepção dos casos em que tal seja dispensado pelo Banco, a utilização inicial do cartão está condicionada à sua prévia activação, nos termos definidos e comunicados pelo Banco para o efeito.

4ª- VALIDADE DO CARTÃO

1. O Cartão é válido pelo prazo nele inscrito, o qual não poderá exceder 60 (sessenta) meses.

2. Antes de atingido o referido prazo, e caso assim seja decidido pelo Banco, este emitirá e enviará ao Cliente um novo cartão cujo prazo de validade será, nesse momento, definido pelo Banco, podendo ser ou não idêntico ao prazo de validade anteriormente referido.

3. O Banco reserva-se o direito de não renovar o Cartão caso este não seja activado pelo Titular junto do Banco até 60 (sessenta) dias antes do termo do seu prazo de validade, com a respectiva cessação do Contrato de Débito BPI Electron Empresa.

4. O direito de utilização do Cartão caduca no último dia do prazo de validade nele inscrito, ou, antes do mesmo ser atingido, nos casos de extinção por denúncia ou resolução do presente contrato bem como por morte, interdição ou inabilitação do Titular, devendo nestes casos os respectivos herdeiros ou representantes proceder à imediata restituição do Cartão ao Banco.

5ª- UTILIZAÇÃO

1. A utilização do Cartão nos Caixas Automáticos (ATM) e em alguns Terminais de Pagamento Automático (TPA), realiza-se através da introdução pelo Titular do código pessoal secreto (PIN) ou dos números de cartão virtual obtidos em serviços associados ao Cartão. Nos casos em que esteja disponível a tecnologia contactless e o Cartão possua as características necessárias para a utilizar, a realização de pagamentos pode efectuar-se apenas por aproximação do Cartão ao TPA, sem necessidade de o inserir no terminal, podendo ser dispensada a introdução do PIN nos pagamentos de baixo valor. A atribuição de cartões com características necessárias para utilizar a tecnologia contactless fica sujeita à livre opção do Banco.

2. Os Titulares obrigam-se a não revogar uma instrução que tenha sido dada através da utilização do Cartão e, desde já, reconhecem como exigíveis todos os débitos resultantes da sua utilização, salvo nas condições legal ou contratualmente previstas.

3. Sem prejuízo de adoptar as medidas que entender convenientes e salvo nos casos em que tal responsabilidade lhe possa ser imputável a título de dolo, culpa grave ou decorrente da sua responsabilidade pelo risco, o Banco não pode ser responsabilizado pela não aceitação do Cartão em qualquer estabelecimento, por deficiências de atendimento ou inoperacionalidade dos equipamentos ou redes de transmissão de dados, nem pela má qualidade dos bens e serviços adquiridos através da utilização do referido Cartão.

4. O Banco é e permanecerá alheio a todos os incidentes e questões que possam suscitar-se entre o Comerciante ou Prestador de Serviços ou os seus representantes, e o Cliente ou o Titular do Cartão, bem como a todas as responsabilidades por quaisquer consequências que tais factos possam originar.

5. A utilização do Cartão na aquisição de bens e serviços em ambientes abertos (Internet, WAP, Televisão Interactiva, etc.) deverá ser sempre efectuada com prévia adesão a um dos serviços de protecção/segurança disponibilizados pelo Banco para a realização de transacções seguras, incluindo o serviço MB Net, 3D Secure ou outro que à data seja disponibilizado. Em particular, a utilização do serviço 3D Secure poderá estar condicionada ao envio prévio de um código temporário de segurança, via SMS, e/ou a utilização de uma password estática para a realização do pagamento.

6. Todas e quaisquer transacções realizadas sem recurso aos referidos serviços de segurança ou a outros que entretanto venham a ser disponibilizados pelo Banco, podem ser recusadas e, realizando-se, são da exclusiva responsabilidade do Titular do Cartão.

7. O Cliente tem o direito de obter rectificação por parte do Banco se, após ter tomado conhecimento de uma operação de pagamento não autorizada ou incorrectamente executada, o comunicar ao Banco, sem atraso injustificado e dentro de um prazo nunca superior a 13 meses a contar da data do débito. Demonstrando o Cliente que não lhe foram prestadas as informações devidas nos termos do presente contrato, o prazo acima identificado não será aplicável.

8. Em virtude de uma execução de uma ordem não autorizada, o Banco deve reembolsar o Cliente imediatamente do montante da operação de pagamento e, se for caso disso, repor a conta de pagamento debitada na situação em que estaria se a operação de pagamento não autorizada não tivesse sido executada. Sempre que o Cliente não seja imediatamente reembolsado pelo Banco, são devidos juros moratórios nos termos legais. O Banco poderá debitar o montante reembolsado caso este se venha a mostrar indevido.

9. Caso o Cliente o solicite, o Banco fornecerá no momento prévio a cada operação de pagamento o prazo máximo de execução da referida ordem de pagamento individual e os encargos que deva suportar, discriminando, se for caso disso, os referidos montantes.

5ª A – SERVIÇO MB WAY

1. O Cartão permite, ainda, a realização de pagamentos através do Serviço MB WAY. O Serviço MB WAY é um serviço de pagamento que permite, através da associação de um ou mais Cartões a um número de telemóvel ou a outro identificador pré definido (como por exemplo, um endereço de e-mail), a realização de operações de pagamento de compras em comerciantes aderentes a este serviço (as "Transacções MB WAY").

2. A utilização do Serviço MB WAY implica a instalação da App MB Way, a qual consiste numa aplicação informática destinada a dispositivos móveis com sistema operativo iOS, Android ou Windows, desenvolvida pela SIBS – Forward Payment Solutions, S.A. (SIBS FPS), que permite a confirmação e a autenticação das Transacções MB WAY através da introdução de um código (PIN MB WAY) na aplicação e assegura a transmissão de dados necessária para que aquelas operações se conclua.

3. O Serviço MB WAY é regulado pelas condições constantes do presente contrato e daquelas constantes da App MB WAY.

4. Adesão e Instalação da App MB WAY

4.1 A adesão ao Serviço MB WAY deverá ser efectuada pelo Titular do cartão, num Caixa Automático (ATM) ou num dos canais a disponibilizar pelo Banco, sendo indicado o número de telemóvel a associar ao Serviço e definido o PIN MB WAY.

4.2 A prestação do Serviço MB WAY pelo Banco está condicionada à: **a)** instalação da App MB WAY no dispositivo móvel do Titular do cartão e respectivas actualizações sempre que sejam notificadas pela SIBS FPS; **b)** aceitação pelo Titular das condições de utilização da APP MB WAY e à confirmação do número de telemóvel ou de outro identificador a utilizar; e, ainda, à **c)** confirmação pelo Banco, directamente ou por intermédio da SIBS FPS, da activação do Serviço MB WAY, mediante o envio de uma mensagem SMS, com um código de activação.

4.3 A App MB WAY, a instalar em dispositivo móvel com sistema operativo iOS, Android ou Windows e respectivas actualizações, é fornecida pela SIBS FPS, em nome e em representação do Banco.

4.4 Uma vez instalada a App MB WAY e activado o Serviço MB WAY, a realização de Transacções MB WAY ficará, ainda, dependente da verificação das seguintes condições cumulativas: **a)** manutenção, a todo o tempo, do número de telemóvel registado na APP MB WAY activo e em pleno funcionamento, e/ou dos outros identificadores pré-definidos (como por exemplo o endereço de e-mail); **b)** garantia de que o dispositivo móvel no qual tenha sido instalada a App MB WAY se encontra em condições para a recepção da mensagem de pedido de confirmação da Transacção MB WAY (push notification).

4.5 O Titular poderá alterar: **a)** o número de telemóvel associado ao Serviço MB WAY, bastando para tal recorrer a um Caixa Automático (ATM) ou a um dos canais a disponibilizar pelo Banco para adesão e gestão do Serviço MB WAY; ou **b)** no caso do identificador associado ao Serviço MB WAY utilizado ser o endereço de e-mail, a alteração poderá ser feita através da App MB WAY ou através de um dos canais a disponibilizar pelo Banco para adesão e gestão do Serviço MB WAY. A alteração do número de telemóvel ou do outro identificador utilizado para efeitos do Serviço MB WAY só se tornar eficaz após o Banco, por si ou através da SIBS, que actuará em seu nome e por sua conta, solicitar ao Titular do cartão a confirmação do novo identificador (por exemplo do novo número de telemóvel ou do novo endereço de e-mail), após o que o mesmo será introduzido no sistema, em substituição do anterior.

5. Utilização do Serviço MB WAY

5.1 Para a realização de Transacções MB WAY, o Titular do cartão deverá: **a)** fornecer ao comerciante, o número de telemóvel ou o outro identificador pré-definido que identifica o Titular para efeitos de utilização do Serviço MB WAY; **b)** após a recepção da mensagem de pedido de confirmação da transacção MB WAY no dispositivo móvel, o Titular deve seleccionar na App MB WAY o cartão que pretende utilizar para a operação; **c)** conferir a operação de pagamento e confirmar a mesma, mediante a introdução do PIN MB WAY.

5.2 O Titular obriga-se a manter confidencial o PIN MB WAY, para confirmação das Transacções MB WAY, bem como a assegurar que o número de telemóvel e/ou dos outros identificadores (como por exemplo, um endereço de e-mail) associados ao Serviço MB WAY, bem como o dispositivo móvel e a App MB WAY nele instalada, são exclusivamente utilizados por si.

5.3 Por questões de segurança, após 3 (três) tentativas erradas de introdução do PIN MB WAY, o Serviço MB WAY ficará automaticamente bloqueado. O Titular poderá reactivar o Serviço MB WAY mediante a definição de um novo PIN MB WAY, podendo fazê-lo em qualquer Caixa Automático (ATM) ou através dos canais disponibilizados pelo Banco para a adesão e gestão do Serviço MB WAY.

5.4 Em caso de fraude, perda, furto, roubo ou apropriação abusivos dos dispositivos móveis utilizados pelo Titular para efeitos do Serviço MB WAY, bem como do(s) identificador(es) e/ou do PIN MB WAY, o Titular deverá proceder de imediato ao cancelamento do Serviço MB WAY num Caixa Automático (ATM) ou através de qualquer outro canal disponibilizado pelo Banco para a adesão e gestão do Serviço MB WAY, ou, ainda, através de comunicação ao Banco nos termos constantes dos pontos 2, 3 e 4 da Cláusula "Utilização indevida, perda, furto ou roubo".

5.5 O Banco poderá cessar, temporária ou definitivamente, a prestação do Serviço MB WAY, seja na totalidade, seja apenas no que diz respeito a determinados cartões ou identificadores (como por exemplo, um endereço de e-mail), nos termos e condições constantes da Cláusula "Suspensão da utilização do cartão" das presentes Condições Gerais ou, ainda, quando tal lhe seja solicitado pela entidade gestora do sistema de pagamentos Multibanco por motivos de segurança ou de utilização abusiva da App MB WAY.

5.6 O Serviço MB WAY poderá ser cancelado a qualquer momento num Caixa Automático (ATM) ou em qualquer outro canal disponibilizado pelo Banco para a adesão e gestão do Serviço MB WAY. Por sua vez, o cancelamento do Cartão associado ao Serviço MB WAY implicará a extinção do Serviço MB WAY relativamente a esse cartão.

5.7 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas "Utilização de dados" e "Alteração de dados", a utilização e alteração de dados no âmbito do Serviço MB WAY rege-se-á, ainda, pelo a seguir disposto: **a)** o Cliente e o Titular autorizam o Banco a proceder, por si ou através da SIBS ou de outra entidade subcontratada para o efeito ao tratamento dos dados pessoais facultados ao Banco no âmbito da adesão ao Serviço MB WAY, incluindo os dados fornecidos para instalação e uso da App MB WAY, qualquer que seja o meio de recolha desses dados, seja através de comunicação ao Banco ou à entidade subcontratada por este, tendo o tratamento dos dados por finalidade exclusiva a prestação, pelo Banco, do Serviço MB WAY; **b)** o Cliente e o Titular aceitam que sejam utilizados pelo Banco, para fins probatórios, de prestação de informação estatística ou agregada ou outros, dentro dos limites legais, os registos efectuados pelo sistema informático através do qual é prestado o Serviço MB WAY e que sejam relativos às operações nele realizadas pelo Titular; **c)** o Titular obriga-se a comunicar ao Banco qualquer alteração relativa aos dados que lhe foram facultados aquando da adesão ao Serviço MB WAY, procedendo para o efeito à respectiva actualização na opção "Alterar Dados" da App MB WAY, através dos canais a disponibilizar pelo Banco para adesão e gestão do serviço ou através de um Caixa Automático; **d)** os dados pessoais fornecidos pelo Titular no âmbito da adesão ao Serviço MB WAY serão processados e armazenados informaticamente numa base de dados gerida pela SIBS FPS ou por outra entidade subcontratada para o efeito; **e)** o Cliente e o Titular declaram que autorizam o Banco a transmitir os seus dados à SIBS FPS ou a outra entidade subcontratada, em substituição daquela, para a prestação de serviços inerentes à activação, suporte, gestão e manutenção do Serviço MB WAY, bem como para o desenvolvimento de quaisquer actividades relacionadas com aquele serviço.

6ª- TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

1. As transacções efectuadas em moeda diferente do Euro serão debitadas, em euros, pelo contravalor que resultar da aplicação da taxa de câmbio praticada pela Rede Internacional Visa/MasterCard à data da compensação financeira e cambial das mesmas, que poderá ser consultada nos Balcões do Banco, BPI Directo/BPI Net ou através dos telefones de contacto referidos na Cláusula 14ª.

2. Nas transacções efectuadas fora do Espaço Económico Europeu (EEE) ou, dentro dele, em moeda diferente do Euro, o Banco poderá cobrar uma comissão de processamento e uma taxa de conversão de moeda, cujos valores estão indicados nas Condições Particulares.

7ª LIMITES

1. O valor das transacções a débito movimentadas directamente na Conta de Depósito de Valores BPI está limitado pelo saldo disponível da referida Conta.

2. O Cliente pode definir, no presente Contrato ou por qualquer uma das formas aí indicadas, um montante máximo passível de ser movimentado a débito, diariamente, na Conta de Depósito de Valores BPI, por cada Cartão, independentemente do número de movimentos efectuados, montante esse que será designado "Limite de Actividade Diária" ou "LAD".

3. O Banco não poderá ser responsabilizado por eventuais prejuízos decorrentes de limitações técnicas ou recusas de utilização no estrangeiro, designadamente resultantes de sujeição a normas e limites localmente estabelecidos, nem ainda pela cobrança local de taxas ou comissões de qualquer natureza, sejam elas devidas ou não pelos Titulares, os quais deverão sempre informar-se previamente das condições de utilização.

8ª- PAGAMENTOS

1. As operações realizadas mediante utilização do Cartão, serão debitadas na Conta de Depósito de Valores BPI vinculada ao Cartão e que se encontra identificada neste Contrato.

2. Os movimentos debitados na Conta de Depósito de Valores BPI vinculada ao Cartão poderão ser consultados no extracto da referida conta, pelos meios e na forma acordada no contrato de Conta de Depósito de Valores e de utilização de serviços de pagamento.

3. O Cliente obriga-se a provisionar a sua Conta de Depósito de Valores BPI, indicada neste contrato, ou outra que a venha a substituir, para cobrir os movimentos operados através da utilização do Cartão.

4. Serão da responsabilidade do Cliente todas as comissões e despesas que venham a resultar da aplicação do presente Contrato, incluindo todas as despesas extrajudiciais em que o Banco venha a incorrer para a efectiva cobrança dos seus créditos.

5. O Banco é expressamente autorizado a debitar as comissões e despesas supra referidas, bem como os valores em dívida resultantes da utilização do Cartão que se encontrem por liquidar após a comunicação pelo Banco do seu vencimento em qualquer Conta de Depósito de Valores BPI da titularidade do Cliente, existente no Banco.

9ª- UTILIZAÇÃO INDEVIDA, PERDA, FURTO OU ROUBO

1. Os Titulares obrigam-se a adoptar todas as medidas adequadas a garantir a segurança do cartão de modo a não permitir a sua utilização por terceiros.

2. Em casos de utilizações não autorizadas ou indevidas do Cartão decorrentes da sua perda, extravio, falsificação, roubo ou furto, bem, como no caso erros ou irregularidades na sua utilização o Titular deverá sem atrasos injustificados e logo após o seu conhecimento, comunicar de imediato ao Banco a ocorrência de tais factos e transmitir todas as informações que possua e que possam, de qualquer modo, ser utilizadas pelo Banco no apuramento dos factos e na regularização das respectivas situações, por via telefónica ou outra mais expedita.

3. A comunicação a que se refere o número anterior deverá ser efectuada para as linhas telefónicas BPI de atendimento personalizado, disponíveis 24 horas por dia, indicadas na cláusula 14ª ou para os seguintes telefones de contacto da SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.) - Tel: 808 201 251 ou 217 918 780.

4. Todas as comunicações telefónicas efectuadas nos termos dos números anteriores devem ser objecto de confirmação escrita e detalhada, no mesmo dia, para o seguinte endereço: Banco BPI, Apartado 1325, 1009-001 Lisboa.

5. Todos os casos de falsificação, roubo ou furto do Cartão deverão ser prontamente participados à autoridade policial da zona onde os mesmos ocorrerem, devendo o Titular do Cartão apresentar ao Banco cópia ou certidão da respectiva participação.

6. O Banco providenciará a rápida inibição do uso do Cartão após a recepção da comunicação referida no n.º 2 antecedente, podendo cobrar a comissão referida nas Condições Particulares.

7. A responsabilidade do Titular por operações irregulares derivadas dos factos referidos no n.º 2, efectuadas até à recepção da comunicação referida nos números antecedentes está limitada ao valor de € 150,00, nunca excedendo o valor do saldo disponível à data da primeira operação considerada irregular da Conta associada ao Cartão.

8. Os limites de responsabilidade do Titular fixados no ponto anterior não serão aplicáveis nos casos em que tenha existido negligência grosseira ou dolo na guarda do Cartão e/ou respectivo PIN ou do dever de comunicação da respectiva perda, extravio, falsificação, roubo, furto ou indevida e incorrecta utilização.

9. O Cliente e o Titular autorizam o Banco a contactá-los a qualquer momento por correio postal ou electrónico, telefone fixo ou móvel, sempre que seja detectada uma utilização suspeita, abusiva ou fraudulenta do cartão que justifique a obtenção da confirmação da legitimidade da referida utilização pelo seu Titular.

10ª- SUSPENSÃO DA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO

1. O Banco reserva-se o direito de exigir a devolução do Cartão ou de suspender a sua utilização, sem que tal implique a resolução do Contrato, sempre que existam fundados motivos que se relacionem com a segurança do Cartão ou a protecção dos interesses do Cliente ou do Titular ou a suspeita de utilização abusiva, não autorizada ou fraudulenta do cartão, e ainda quando se verifique: a) o incumprimento de quaisquer obrigações do Cliente ou do Titular perante o Banco; b) o registo na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal ou em empresas especializadas em informações de crédito (que estejam legalmente autorizadas a exercer essa actividade) de incidentes ou incumprimentos em nome do Cliente ou do Titular; c) a existência de um plano de pagamento homologado judicialmente, a apresentação à insolvência ou a declaração de insolvência do Cliente.
2. O Banco informará de imediato, por escrito através de mensagem remetida por SMS, correio electrónico ou correio postal e, sempre que possível previamente, o Cliente ou o Titular da sua intenção de proceder à suspensão do cartão ou da realização desta, bem como do fundamento da sua decisão.

11ª- UTILIZAÇÃO DE DADOS

1. O Cliente e os Titulares autorizam expressamente o Banco a proceder ao tratamento informático dos dados fornecidos, bem como a cruzar essa informação com a restante informação por si facultada ao Banco, a empresas do Grupo BPI, em virtude de abertura de Contas, de celebração de quaisquer contratos, designadamente para fins de natureza estatística, de crédito, para identificação de produtos bancários e financeiros e para dirigir acções de marketing, nomeadamente para a promoção de produtos, bens ou serviços, que sejam susceptíveis de ser do seu interesse, sem prejuízo do cumprimento do dever de sigilo bancário.
2. O Cliente e os Titulares têm direito de aceder aos elementos a si referentes, constantes das bases de dados a que se refere a presente cláusula, de exigir a sua actualização e/ou rectificação.
3. O Cliente e os Titulares reconhecem e autorizam o Banco a, em caso de incumprimentos que gerem incidentes de crédito, transmitir essa informação a empresas especializadas em informações de crédito que estejam legalmente autorizadas a exercer essa actividade e com as quais o Banco tenha celebrado contrato, sem prejuízo dos direitos de acesso, rectificação ou outros conferidos por lei ao Titular dos dados.
4. O Banco está obrigado a comunicar ao Banco de Portugal a informação relativa a responsabilidades efectivas ou potenciais decorrentes de operações de crédito de que sejam beneficiárias pessoas singulares residentes ou não residentes no território nacional. Para cumprimento dessa obrigação o Banco comunicará mensalmente à Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, os saldos daquelas responsabilidades aos quais serão associados, designadamente, os elementos referentes à identificação dos mutuários, ao montante dos créditos concedidos, ao grau de cumprimento do pagamento, à finalidade dos créditos contratados, aos créditos vencidos e ao valor dos encargos mensais associados ao pagamento dos créditos.

12ª- ALTERAÇÃO DE DADOS

O Cliente compromete-se a informar, por escrito, o Banco, de qualquer alteração no seu endereço postal ou electrónico ou em outros dados de identificação inicialmente comunicados ao Banco.

13ª- ALTERAÇÕES OU ACTUALIZAÇÕES DAS CONDIÇÕES

1. O Banco pode, a qualquer momento, modificar as Condições Gerais ou as Condições Particulares do presente Contrato, desde que informe por escrito o Cliente das alterações a introduzir, com um pré-aviso mínimo de 60 (sessenta) dias relativamente à data de entrada em vigor dessas alterações ou com pré-aviso inferior sempre que a lei o permita, aceitando expressamente o Cliente que a comunicação das alterações lhe seja prestada em suporte diferente do papel. A versão integral actualizada das Condições Gerais e Particulares do Contrato estará permanentemente disponível nos Balcões BPI, podendo qualquer informação adicional ser prestada através das linhas telefónicas de Cartões ou outra forma previamente acordada com o Cliente.
2. O Cliente poderá, até à data fixada para entrada em vigor das alterações comunicadas, denunciar o contrato com efeitos imediatos e sem encargos, presumindo-se o seu acordo se, até ao termo do prazo do pré-aviso, não o fizer ou se, antes de decorrido o referido prazo utilizar o Cartão.
3. Exercendo o Cliente esta faculdade, deverá o Banco reembolsar o remanescente da anuidade correspondente ao período não decorrido, obrigando-se o Cliente a reembolsar o Banco pela totalidade da importância que se mostrar em dívida, incluídos juros e capital, contados até à data do reembolso total.
4. Como excepção ao disposto nos números anteriores o Banco reserva-se o direito de modificar de imediato e sem pré-aviso, as taxas de juro e de câmbio de referência, as quais serão posteriormente comunicadas por escrito.
5. O Banco BPI poderá ceder a sua posição contratual neste contrato a favor de CaixaBank Payments, E.P., E.F.C., S.A.U, ficando desde já expressamente autorizada pelo Cliente a cessão da citada posição contratual.

14ª- COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÃO

1. O Cliente ou o Titular poderão contactar o BPI, usando a língua portuguesa, através do endereço postal – Banco BPI, Apartado 1325, 1009-001 Lisboa ou para a seguinte linha telefónica de atendimento personalizado, disponível 24 horas por dia: Linha Cartões BPI - Tel: 21 720 77 00 ou 22 607 22 66.
2. A linha telefónica supra referida bem como outras formas de acesso remoto que venham a ser criadas e disponibilizadas pelo Banco, permitem ao Titular aceder a todas as informações.
3. O Cliente e os Titulares autorizam, de forma irrevogável, o Banco a, sempre que este considere necessário: a) Gravar as conversas telefónicas mantidas entre ambos; b) Utilizar gravações telefónicas ou registos informáticos como meio de prova para qualquer procedimento judicial que venha a existir directa ou indirectamente entre as partes, podendo o Cliente e o Titular solicitar ao Banco que lhe forneça cópia ou transcrição escrita do conteúdo das conversações que se tiverem realizado entre ambos; c) Não fornecer quaisquer informações quando existam dúvidas razoáveis sobre a identidade da pessoa que as solicita; d) Não executar nenhuma ordem e/ou alteração sem que as mesmas sejam validadas por documento escrito, devidamente assinado pelo Cliente.
4. Todas as comunicações que o Banco dirige ao Cliente e ao Titular serão enviadas/comunicadas para o endereço postal ou electrónico ou telefone(s) para o efeito indicados na Ficha de Informação de Pessoa Colectiva, considerando-se as comunicações recebidas sempre que tenham sido remetidas para tal endereço.
5. Salvo qualquer indicação expressa em contrário do Cliente, sempre que este indique ao Banco um endereço de correio electrónico, esse será o meio preferencialmente utilizado pelo Banco para efeito de envio de comunicações e informações.

15ª- PRAZO E DENÚNCIA DO CONTRATO

1. O presente contrato é celebrado sem prazo, podendo qualquer uma das partes pôr-lhe termo, a todo o momento, por denúncia desde que comunicada por escrito: a) pelo Cliente ao Banco com um pré-aviso de 30 (trinta) dias em relação à data pretendida para a denúncia, a qual produzirá porém efeitos imediatos logo que seja liquidado o saldo em dívida e devolvido ao Banco o(s) respectivo(s) Cartão(ões); b) pelo Banco ao Cliente com um pré-aviso de 60 (sessenta) dias em relação à data pretendida para a denúncia.
2. A simples devolução do Cartão, por qualquer dos Titulares, não prejudica a vigência do Contrato, nem exonera o Cliente das responsabilidades decorrentes do mesmo, sem prejuízo do Banco proceder ao cancelamento do Cartão devolvido.
3. O Cliente e os Titulares obrigam-se a não efectuar qualquer transacção a partir do momento da data de produção dos efeitos da cessação do Contrato, e a restituir os Cartões ao Banco no prazo de 72 horas a contar dessa data.
4. A denúncia do presente Contrato por iniciativa do Cliente, não o exonera do pagamento do saldo em dívida que venha a ser registado pelo Banco, na sequência de transacções realizadas pelos Titulares e que só venham a ser do conhecimento do Banco em data posterior à denúncia.

16ª- RESOLUÇÃO

O Banco pode, em caso de utilização abusiva dos Cartões, de incumprimento pelo Cliente de quaisquer obrigações perante o Banco, de verificação de incidentes, em nome daquele, junto do Banco de Portugal, de apresentação à insolvência ou de declaração de insolvência do mesmo, resolver de imediato o contrato e exigir a devolução dos cartões, mediante simples comunicação escrita ao Cliente.

17ª- PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS DE RECLAMAÇÃO

1. O Banco disponibiliza uma equipa especializada no tratamento de reclamações, as quais poderão ser apresentadas em qualquer balcão BPI, através do sítio da internet www.bancobpi.pt, do Serviço BPI Directo ou de quaisquer outros canais indicados e nas formas descritas no Manual do Investidor BPI – Capítulo “Reclamações de Clientes”. O Manual do Investidor BPI encontra-se disponível nos balcões do Banco e no sítio da Internet em www.bancobpi.pt.
2. As reclamações poderão ainda ser apresentadas directamente ao Banco de Portugal, através do preenchimento do formulário de reclamação online disponível no Portal do Cliente Bancário ou, em alternativa, através da impressão e preenchimento do referido formulário e posterior envio do mesmo por correio para a morada do Banco de Portugal indicada no referido Portal. Quando aplicável, as reclamações poderão ainda ser apresentadas directamente à CMVM através do preenchimento do formulário de reclamação online disponível no sítio da internet www.cmvm.pt, ou, em alternativa, através da impressão e preenchimento do referido formulário e posterior envio do mesmo por correio para a morada da CMVM indicada no referido sítio da internet.
3. Por forma a assegurar a resolução extrajudicial de litígios relativos a serviços de pagamento de valor inferior à alçada do tribunal judicial de primeira instância, o Banco assegura ao Cliente o recurso a meios extrajudiciais de reclamação e reparação de litígios de consumo emergentes do presente contrato, mediante adesão ao Centro de Arbitragem da Universidade Católica Portuguesa (www.fd.lisboa.ucp.pt) e ao Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (www.centroarbitragemlisboa.pt) pelo que o Cliente poderá recorrer aos referidos Centros de Arbitragem para a resolução de litígios relativos a serviços de pagamento. Para mais informações poderá ser consultado o Portal do Consumidor em www.consumidor.pt.

18ª- FORO E ÓNUS DA PROVA

1. Para todas as questões emergentes do presente Contrato, fica designado o foro correspondente ao do domicílio do demandado, sem prejuízo do disposto no artigo 74.º do Código do Processo Civil.
2. Em caso de diferendo entre o Banco e o Cliente, o ónus da prova cabe a quem invocar o facto a seu favor, obrigando-se a outra parte a prestar a sua melhor colaboração, designadamente facultando, na medida das suas possibilidades, as informações e a documentação que lhe forem solicitadas relativamente ao diferendo em causa.

19ª- CONDIÇÕES PARTICULARES

1. Levantamentos de dinheiro:

	BPI Electron Empresa	
	E.E.E. (a)	Resto do Mundo (b)
Caixas Automáticas	Isento	€ 3,00

a) EEE: Espaço Económico Europeu: Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Portugal, Finlândia, Eslovénia, Chipre, Malta, Eslováquia, Estónia, República Checa, Dinamarca, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Suécia, Reino Unido, Bulgária, Roménia, Islândia, Noruega, Liechtenstein e Croácia. Operações em Euros, Coroas suecas e Leus romenos.

b) Ao valor do levantamento acresce, igualmente, uma taxa de 0,33%, com um valor mínimo de € 0,75.

2. Compras de Bens e Serviços efectuadas em Portugal e no EEE: Sem custos.
3. Comissão de processamento sobre o valor das transacções efectuadas fora do EEE: 1,7%.
4. Taxa de conversão de moeda sobre o valor das transacções efectuadas fora do EEE: 1,0%.
5. Anuidade:

BPI Electron Empresa	€ 8,50
----------------------	--------

6. Taxa de Juro:

Taxa de juro nominal para ultrapassagem de crédito em Conta de Depósito de Valores: 20,500%.

7. Outras comissões:

Substituição do Cartão (c)	€ 10,00
Fotocópias (d)	
Factura Nacional	€ 3,00
Factura Estrangeiro	€ 10,00
Produção de Cartão	
Desvio do Cartão para o Balcão (d)	€ 5,00
Produção Urgente (48 Horas)	€ 35,00
Emissão cartão para Não Residentes	€ 10,00
Pedido de Listagem de Movimentos (d)	
Pedido de Listagem	€ 15,00
Por cada Dia	€ 0,06

(c) A comissão de substituição do cartão não será cobrada ao Cliente em todos os casos previstos no artigo 66.º do Regime Jurídico anexo ao Decreto-Lei nº 317/2009, de 30 de Outubro, nomeadamente quando a substituição decorre de iniciativa do Banco por motivos relacionados i) com a segurança do cartão, ii) com a suspeita da sua utilização não autorizada ou fraudulenta ou iii) com o aumento significativo do risco de o Cliente não poder cumprir as suas responsabilidades de pagamento. Considera-se da iniciativa do Banco as situações de captura do cartão em ATM, de extravio no envio do cartão ou do PIN, de falhas ou avarias do sistema e de defeitos ou anomalias do cartão.

(d) Valores sujeitos a IVA, cobrados à taxa legal.

8. Taxa de Juro de Mora: 3%.

9. Sobre todos os valores incide Imposto do Selo cobrado à taxa legal com excepção dos valores sujeitos a IVA e dele não isento.